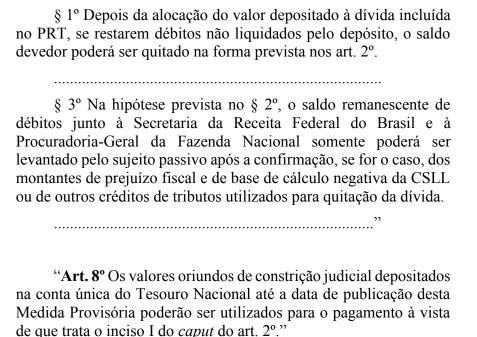
EMENDA Nº - CM

(à MPV n° 766, de 2017)

Suprima-se o art. 3°, renumerando-se os demais, e modifiquemse os arts. 2°, 4°, 6°, 8° e 9° da Medida Provisória n° 766, de 4 de janeiro de 2017, que passam a contar com a seguinte redação:

| "Art. 2º No âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasile da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, o sujeito passivo que aderir ao PRT poderá liquidar os débitos de que trata o art. 1º mediante a opção por uma das seguintes modalidades: |
|--|
| IV – pagamento da dívida consolidada em até cento e oitenta prestações mensais e sucessivas, calculadas de modo a observar os seguintes percentuais mínimos, aplicados sobre o valor da dívida consolidada: |
| d) da trigésima sétima prestação em diante – percentual correspondente ao saldo remanescente, em até cento e quarenta e quatro prestações mensais e sucessivas. |
| § 6º Na hipótese de indeferimento dos créditos a que se refere o <i>caput</i> , no todo ou em parte, será concedido o prazo de trinta dias para que o sujeito passivo efetue o pagamento em espécie dos débitos amortizados indevidamente com créditos não reconhecidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, inclusive aqueles decorrentes de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL. |
| § 9° A Secretaria da Receita Federal do Brasil e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional dispõe do prazo de cinco anos para a análise da quitação na forma prevista no <i>caput</i> ." |
| "Art. 4º O valor mínimo de cada prestação mensal dos parcelamentos previstos nos art. 2º será de: |
| "Art. 6° |



"Art. 9"

§ 1º Enquanto a dívida não for consolidada, o sujeito passivo deverá calcular e recolher o valor à vista ou o valor equivalente ao montante dos débitos objeto do parcelamento dividido pelo número de prestações pretendidas, observado o disposto nos art. 2º.

......

JUSTIFICAÇÃO

Pela redação originária não é permitido pagamento de débitos inscritos com a utilização de prejuízo fiscal nem com base negativa, conferindo tratamento diferente para débitos inscritos e não inscritos em dívida ativa, o que não se justifica. A fim de corrigir essa falha, propomos a presente emenda, de modo a assegurar o mesmo tratamento no âmbito da Receita Federal e da Procuradoria da Fazenda Nacional.

Também propomos o aumento do número de parcelas a que os contribuintes possuem direito, passando para até 180 (cento e oitenta) prestações.

Convicto da importância desta emenda, solicitamos o acolhimento pelos nossos ilustres Pares.

Sala da Comissão,

Senador CIDINHO SANTOS